

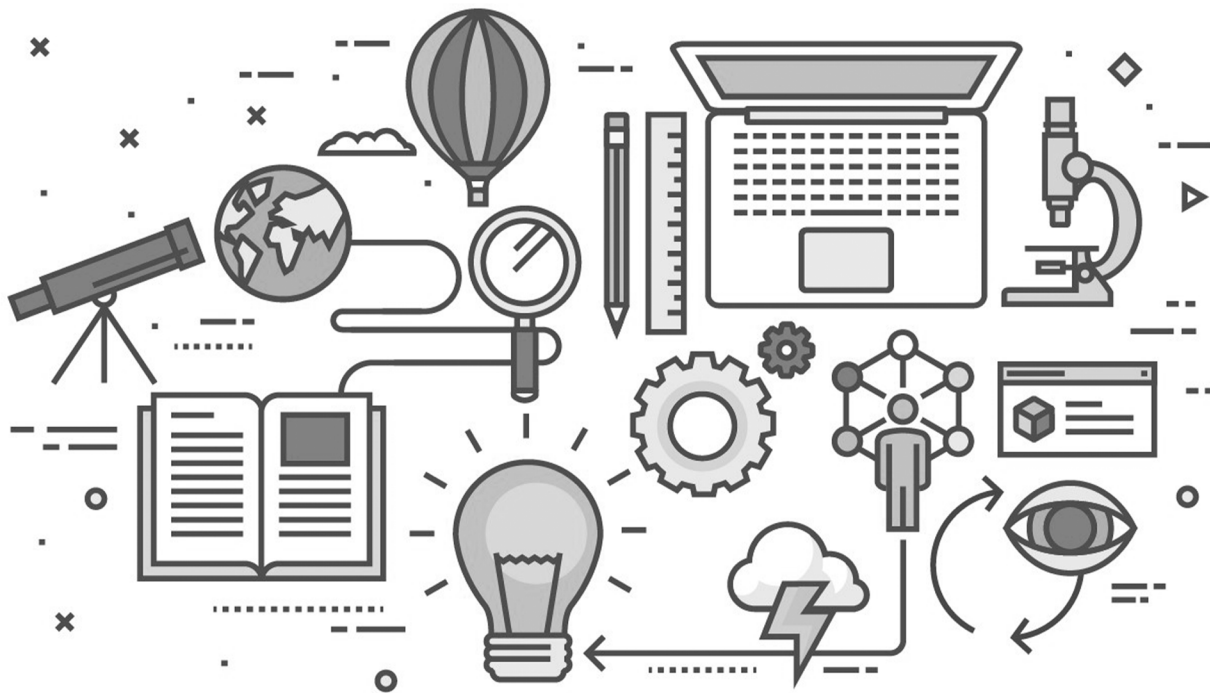


**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da
sociabilidade humana

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-725-3

DOI 10.22533/at.ed.253211401

1. Educação. 2. Política pública. 3. Sociabilidade humana. 4. Discente. 5. Docente. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências da Educação se tornaram em um proeminente campo científico de estudos com ampla importância acadêmica na área humanística e crescente reverberação social de suas discussões em função dos desdobramentos em um novo paradigma técnico-científico-informacional de uma caracterizada Sociedade da Informação ou do Conhecimento.

Tomando a premissa de se olhar os fatos da realidade concreta para se projetar discussões teóricas, a presente obra indica o uso das Ciências da Educação e de uma abordagem multidisciplinar como estratégia teórico- metodológica funcional para uma imersão profunda na complexa tessitura social, permitindo assim a construção de um rico debate.

Este livro, intitulado “Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana: A Realidade Discente e Docente 3”, apresenta vinte e três capítulos em cujas discussões existe um encadeamento lógico de construção de uma agenda de debates relacionados ao estudante e a mecanismos de sua avaliação, bem como sobre a formação e a prática docente.

À luz de diferentes recortes teórico-metodológicos, as discussões apresentadas nesta obra proporcionam ao leitor a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos, por meio da oferta de uma ótica multidisciplinar e multitemática enraizada no plural campo epistemológico das Ciências da Educação.

Fruto de um colaborativo trabalho de 46 pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de todas as macrorregiões brasileiras, bem como estrangeiros do Chile, Espanha e Portugal, esta obra apresenta uma rica contribuição no mapeamento de temas com ampla relevância empírica para compreender os potenciais desafios e oportunidades da realidade de discentes e docentes.

Diante dos resultados apresentados em ricas discussões caracterizadas por um elevado rigor teórico-metodológico e um forte comprometimento com a construção dialógica de novos conhecimentos, o presente livro entrega uma acessível apreensão para um amplo público leigo ou especializado sobre temas relevantes e representativos no estado da arte do campo das Ciências da Educação.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

A REALIDADE DISCENTE E DOCENTE

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO: UM GRANDE DESAFIO PARA O ENSINO APRENDIZAGEM

Yony dos Santos

Helder Ranieri de Castro Leite

Wanderley José de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2532114011

CAPÍTULO 2..... 9

A MELHORIA DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO ATRAVÉS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Carlos Varela Gil

DOI 10.22533/at.ed.2532114012

CAPÍTULO 3..... 15

DIFICULDADE EM TRABALHAR SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE 2000 A 2017

Maria Cristina Rocha Silva

DOI 10.22533/at.ed.2532114013

CAPÍTULO 4..... 28

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM FOCO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ACADÊMICO PÓS-POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Allane de Souza Pedrotti

DOI 10.22533/at.ed.2532114014

CAPÍTULO 5..... 42

COMPETÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO QUE OS ESTUDANTES DE MESTRADO TÊM ANTES DE ENTRAREM

Maria Paz García-Sanz

Begoña Galián

María Luisa Belmonte

DOI 10.22533/at.ed.2532114015

CAPÍTULO 6..... 53

PRÁCTICAS EXTERNAS: UNA VISIÓN DESDE EL TUTOR

Carles Dulsat Ortiz

DOI 10.22533/at.ed.2532114016

CAPÍTULO 7..... 64

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA – UM CAMPO ABERTO PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Claudia Maisa Antunes Lins

DOI 10.22533/at.ed.2532114017

CAPÍTULO 8.....	78
PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA ENTRE SUPERVISORES DE ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	
Eliane Antônia de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.2532114018	
CAPÍTULO 9.....	88
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES DE INFÂNCIA: MODELO DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA	
Isabel Maria Tomázio Correia	
Maria Manuela de Sousa Matos	
Sofia Gago da Silva Corrêa Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.2532114019	
CAPÍTULO 10.....	101
O DOCENTE E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	
Alvino Moraes de Amorim	
Natal dos Santos Soares	
Tiago Bacciotti Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.25321140110	
CAPÍTULO 11.....	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.25321140111	
CAPÍTULO 12.....	128
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTE DE ENSINO RELIGIOSO: UMA PERSPECTIVA EM CONSTRUÇÃO	
Sônia Maria Dias	
Selma Correia Rosseto	
DOI 10.22533/at.ed.25321140112	
CAPÍTULO 13.....	135
O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Vitória Eduarda Rocha Simões	
Karina Estefânia Luizeto Alves	
Eromi Izabel Hummel	
DOI 10.22533/at.ed.25321140113	
CAPÍTULO 14.....	146
FORMAÇÃO DOCENTE & EDUCAÇÃO INFANTIL QUILOMBOLA: SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS PARA ATUAÇÃO COM CRIANÇAS PEQUENAS	
Nelcir Francisca da Silva	
José Carlos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140114	

CAPÍTULO 15	159
FORMAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	
Suzana Alves dos Santos Melo	
Maria Alice Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140115	
CAPÍTULO 16	167
MODIFICAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS NO BRASIL: DO PRESENCIAL PARA O EAD	
Valéria Meroski de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.25321140116	
CAPÍTULO 17	177
FORMAÇÃO DE LEITORES: O PERFIL LEITOR DE ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - CAMPUS CUIABÁ	
Fernanda Barbosa Duarte de Souza	
Mariana Carolina Oliveira Carneiro	
Jamilly Mendonça dos Santos	
Anny Vitoria Carvalho da Silva	
Claudia Lucia Landgraf Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.25321140117	
CAPÍTULO 18	185
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO INTERIOR DA CADEIA, UMA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE LA SANTÍSSIMA CONCEPCIÓN, NO SUL DO CHILE	
Raúl Patricio Escobar Maturana	
Mauricio Alarcón Álvarez	
DOI 10.22533/at.ed.25321140118	
CAPÍTULO 19	190
<i>GLOBAL SCHOOLS</i> : A FORMAÇÃO DE DOCENTES COMO CHAVE PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
La Salete Coelho	
Luísa Neves	
DOI 10.22533/at.ed.25321140119	
CAPÍTULO 20	204
O PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: A ESPECIFICIDADE DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PR	
Claudinéia Maria Vischi Avanzini	
Adriana de Oliveira Chaves Palmieri	
Eliane Terezinha Buwai Krupa	
Danuse de Porciúncula Araújo	
Elisa Daniele de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.25321140120	

CAPÍTULO 21	214
A PRÁXIS DOCENTE NOS PROCESSOS FORMATIVOS EMANCIPATÓRIOS: ATO REGULATÓRIO E ATORES CURRICULANTES Yara Pires Gonçalves DOI 10.22533/at.ed.25321140121	
CAPÍTULO 22	223
PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADUTORAS DE UM ENVOLVIMENTO FORTE DOS ALUNOS NA APRENDIZAGEM Virgilio Gomes Correia DOI 10.22533/at.ed.25321140122	
CAPÍTULO 23	234
O TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ DIANTE DA NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA: POSSIBILIDADES E LIMITES Clarice Schneider Linhares Laurete Maria Ruaro DOI 10.22533/at.ed.25321140123	
SOBRE O ORGANIZADOR	245
ÍNDICE REMISSIVO	246

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM FOCO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ACADÊMICO PÓS-POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 29/09/2020

Allane de Souza Pedrotti

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso
Suckow da Fonseca
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/3334962202023087>

RESUMO: Com base nos dados extraídos dos relatórios do sistema interno de uma instituição federal com Ensino Profissional Técnico de Nível Médio (EPTNM), essa pesquisa se debruça sobre a análise relacional entre o desempenho acadêmico por ano de alunos matriculados pela política de cotas e os projetos que compõem as políticas de permanência. Os registros acadêmicos de alunos e de projetos foram objeto metodológico da análise documental para atender ao objetivo de observar a evolução desde a implantação das cotas em 2013 até a finalização do primeiro ciclo de formação 2013-2016, após o cumprimento da Lei de cotas 12.711/2012. Os resultados apontam para o avanço no processo de democratização de ensino estreitamente dependente das políticas escolares de permanência do aluno. Os dados analisados mostram a ascensão nos índices de aprovação após a implantação dos projetos escolares de permanência. Apontam, ainda, para a observância de uma expectativa da comunidade escolar baseada no ideal do mérito, que guia à ideia de que é necessário e suficiente

o esforço individual para o sucesso escolar. As conclusões para as análises propostas são as de que se deve atentar para a responsabilização da escola e das instituições de ensino como partícipe fundamental para a evolução escolar exitosa do aluno. Dessa forma, fica evidente que para que os índices de evasão e qualidade na trajetória escolar dos alunos sejam os melhores é imprescindível a contrapartida da escola junto ao empenho do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Profissional Técnico de Nível Médio; Ensino Integrado; Política de Cotas; Políticas de Permanência.

PERMANENCE POLICIES IN FOCUS: POST QUOTAS POLICY ACADEMIC PERFORMANCE ANALYSIS IN MEDIUM- LEVEL TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION

ABSTRACT: Based on the data extracted from the internal system reports of a federal institution with High School Technical Education, this research looks at the relational analysis between the students enrolled in the quota policy academic performance per year and the permanence policies' projects. The students and projects' academic records were the methodological object of the documentary analysis to accomplish the objective of observing the evolution from the implementation of the quotas in 2013 until the completion of the first graduated cycle 2013-2016, after the Quotas Law 12.711 / 2012 implementation. The results points out to the progress in the democratization process in education, which is strictly dependent on the student's permanence school policies. The

reviewed data shows the rise in approval rates after the permanence projects' implementation. They also points out to the observance of a school community expectation based on the ideal of merit, which guides the idea that only individual effort is necessary for school success. The conclusions for the proposed review are that we should invest attention on the school' responsibility and educational institutions as a fundamental participant in successful students' school progress. Thus, it is evident that in order to bests evasion rates and quality in the students' school trajectory, the school's counterpart and the student's commitment is essential.

KEYWORDS: Technical High School Education; Integrated Education; Quota Policy; Permanence Policies.

1 | INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Sem adentrar as conceituações que englobam as múltiplas importâncias e funções da escola, convido o leitor a refletir de modo direcionado sobre a manutenção acadêmica básica dos alunos durante sua trajetória escolar, uma vez matriculados. Para orientar ainda melhor o objetivo que proponho neste início de leitura reflexiva, contextualizo o tipo de escola sobre o qual este capítulo realiza as análises comparativas de desempenho escolar.

Os Institutos Federais (IF) são instituições que têm características que as diferenciam das demais escolas devido não somente à extensão formativa que percorre desde a formação técnica de nível médio a cursos de doutorado em diversas áreas. Difere, principalmente, pela filosofia educacional e pedagógica que se distingue das escolas cuja formação é voltada prioritariamente ao objetivo propedêutico como ponto de acesso ao ensino superior. Os Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) são públicos e gratuitos e é esperado tanto pela comunidade interna como pela comunidade externa que eles ofereçam uma “formação de excelência”. Estas instituições são visadas, inclusive, por grandes empresas que buscam profissionais recém-formados diretamente após a conclusão de seus cursos.

Em cumprimento à Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 (CNE/CEB) os IF e CEFET, em sua maioria, já atenderam às modificações da estrutura pedagógica, curricular e, portanto, identitária. Junto a estas transformações, a Lei 12.711/2012, Lei de Cotas (BRASIL, 2012), é outorgada em 2012 garantindo o acesso de alunos a estas instituições através de cotas, a serem distribuídas de acordo com regras específicas as quais detalharei mais à frente neste estudo.

Para realizar as análises que proponho aqui, adentro uma destas instituições federais de ensino, situada no Estado do Rio de Janeiro e com mais de cem anos de existência. Ao longo de seu centenário, esse centro federal passou por variadas modificações político-pedagógicas e de filosofia de ensino, experimentando diversos objetivos e níveis de formação. Nesta instituição, a última modificação em sua estrutura de formação ocorreu justamente em 2012, quando toda a comunidade escolar reuniu esforços para reestruturar

os cursos de Ensino Profissional Técnico de Nível Médio (EPTNM) para a modalidade de Ensino Integrado de matrícula única¹.

Até esse marco, o regime existente na instituição era o de concomitância interna, que compreendia duas matrículas para cada aluno, sendo uma para a formação de ensino médio e outra para a formação de ensino técnico. Isso significava a existência de dois currículos separados: um para a formação básica e um para a formação técnica. Com este antigo modelo, o índice de evasão era alto, em especial no segmento de formação técnica, chegando a mais de 90% em alguns cursos².

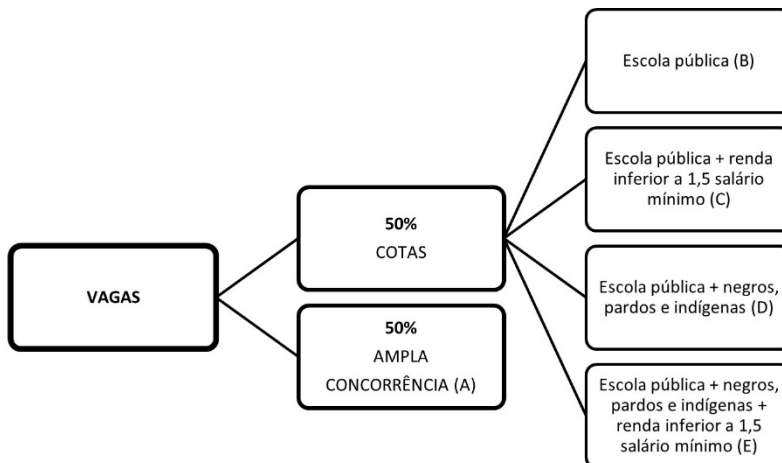
O novo modelo que integra os currículos de formação média e técnica filiam-se a concepções que se alinham ao conceito de politecnia (FRIGOTTO, 1993; SAVIANI, 2007). Detalho um pouco mais aqui, para fins de contextualização conceitual, que a politecnia objetiva oportunizar uma formação omnilateral, que assegura a criticidade do processo do fazer, adjacente à formação técnica, com base no trabalho como princípio educativo. Saviani (1989) define a formação integrada como

Formação multilateral ou integral, que ultrapassa a prática meramente aplicada, trazendo o conceito de pensar sobre o fazer e sobre a sua concepção. Caminha junto ao princípio da politecnia, cujo projeto se baseia tanto no rompimento com a formação profissional puramente aplicada quanto na quebra da formação propedêutica destacada do mundo do trabalho (SAVIANI, 1989).

Na instituição da presente análise, o departamento responsável pela formação básica debruçou-se ao longo dos anos de 2011 e 2012 sobre intensos estudos para repensar e remodelar aspectos pedagógicos, metodológicos e curriculares que atendessem à proposta de formação integrada. Logo após as definições do que de fato seria modificado na estrutura pedagógico/curricular, a instituição passou a atender às determinações da Lei 12.711/2012, Lei de Cotas (BRASIL, 2012), já aqui citada. Desta forma, a distribuição de vagas passou a ocorrer em 5 grupos, sendo um grupo com a ampla concorrência (50% das vagas) e quatro grupos de cotas (outros 50% das vagas), conforme resumo a seguir:

1 Cabe lembrar que estas instituições têm como objetivo principal a formação de técnicos.

2 Dados dos arquivos de estudos internos do departamento responsável pela EPTNM da instituição em estudo. Acreditava-se que os alunos buscavam estas instituições com o intuito da formação de excelência de Ensino Médio, deixando de lado o principal intuito das instituições de formar técnicos quando não havia a obrigatoriedade de completude do curso técnico atrelado ao Ensino Médio.



Esquema 1: Distribuição de cotas, conforme regimento da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do edital de acesso de alunos novos de 2019.

Há determinada autonomia para que cada instituição decida sobre a distribuição das vagas para o atendimento da legislação, pois a Lei de Cotas não especifica normativa detalhada sobre como deve ser realizada a divisão dos 50% das vagas que manda reservar. Conforme a Lei indica:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública (BRASIL, 2012).

Assim, é mister que seja atendida a reserva de 50% das vagas de cada instituição

para serem preenchidas por alunos que tenham cursado o Ensino Fundamental inteiramente em escolas públicas. Ainda dentro dessa parcela reservada de 50%, metade precisa ser distribuída para famílias de renda de até 1,5 salário mínimo. A distribuição para atender aos grupos de negros, pardos e indígenas, apesar de livre, deve ser proporcional e equilibrada entre si.

Na instituição analisada para este capítulo, o departamento responsável pelos cursos de EPTNM na modalidade integrada, desde essas modificações, elabora relatórios sobre o registro de evasão, retenção e aprovação de todos os alunos matriculados. Tais assentamentos não compõem somente dados estatísticos, mas fazem parte de um tratamento aprofundado pelas equipes pedagógicas de atenção à evasão, realizando uma busca de rastreamento de caso a caso para entender e melhorar os procedimentos de manutenção de alunos na escola.

O departamento tem, também, o registro de implantação e desenvolvimento de projetos de política de permanência e ambos os dados serão tratados e analisados na seção de análises e discussões. E é sobre estes dados, de forma comparativa, que a presente análise se debruça sobre a modalidade integrada de ensino, de onze cursos de Educação Básica oferecidos em uma das unidades da instituição estudada.

Com as mudanças político/pedagógico/curriculares do departamento com atendimento à Lei de Cotas, esses dados começaram a ser trabalhados para iniciar uma gestão que relacionasse os processos pedagógicos e acadêmicos com os índices de aprovação e evasão. Por meio dessas análises, foi possível entender que o modelo que vigorava não atendia ao índice mínimo de evasão recomendado pelo Ministério da Educação (MEC).

A partir dos resultados das análises que aqui apresento, é possível traçar o perfil da necessidade iminente de constantes políticas de permanência para que não somente o acesso a estas instituições seja democrático, mas o ensino e a manutenção da trajetória acadêmica dos alunos matriculados também.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem a característica de investigação quantitativa e qualitativa, sob o paradigma epistemológico de pesquisa mista. Creswell (2003, p. 4) reforça que ao longo dos anos emergiu a reflexão sobre o olhar de apenas um método de pesquisa (qualitativa ou quantitativa) deixar as discussões aquém da riqueza de possibilidades de análises nas pesquisas sociais e de ciências humanas. Creswell (2003, p. 14) acrescenta ainda que “na pesquisa de métodos mistos, os investigadores usam dados quantitativos e qualitativos porque eles possibilitam o melhor entendimento do objeto de pesquisa”.

Neste sentido, foram levantados os dados relativos a abandono, aprovação,

aprovação por conselho de classe³, cancelamento, jubramento⁴, reprovação e trancamento, do grupo de ampla concorrência e dos quatro grupos de cotas de acesso à instituição federal estudada, os quais serão nomeados das letras “A” a “E”, conforme esquema 1, apresentado na seção anterior. Tais dados revelam o quantitativo de alunos para cada categoria supracitada, e o recorte dado para este estudo serão os dados das categorias de aprovação e aprovação por conselho de classe.

Para trazer o olhar qualitativo sobre as informações levantadas, a pesquisa lançou mão de cruzar o processo histórico de implantação das políticas de permanência na instituição com o desempenho acadêmico dos alunos matriculados pela política de cotas. Desta forma, busco cumprir com o objetivo de identificar e entender a relação entre os projetos de permanência e o processo de aprendizagem dos alunos.

As políticas de permanência consideradas para este recorte foram as seguintes:

- **Projeto Matemática Básica**

Implantado a partir do 2º semestre de 2015. Consiste em aulas de conteúdos fundamentais do currículo do Ensino Fundamental, basilares para o Ensino Médio, ministrados por docentes da instituição em horário diferenciado das aulas regulares.

- **Projeto Química Zero**

Implantado a partir do 2º semestre de 2015. Consiste em aulas de elementos basilares do currículo de ciências do Ensino Fundamental.

- **Projeto Português básico**

Implantado no 2º semestre de 2015 e extinto ao final do mesmo ano, por falta de quórum de alunos.

- **Nivelamento de língua Estrangeira (Inglês)**

Implantado a partir de 2016.

- **Aumento significativo do número de monitores**

Os monitores são alunos veteranos da própria EPTNM que realizam seleção através de prova para exercerem a monitoria. Todas as disciplinas têm monitores e eles também atuam em horário diferenciado das aulas regulares.

- **Organização dos processos de distribuição de bolsas da assistência estudantil e**

3 Na instituição analisada, o conselho de classe é uma reunião que ocorre ao longo do ano para cada turma, sob presidência de um orientador educacional que acompanha esta turma durante o ano letivo. A dinâmica desta reunião permite, ao final do ano, que sejam decididas as situações finais de cada aluno em cada turma. No conselho de classe final, o aluno que não obteve a média anual mínima para aprovação no ano letivo é avaliado em aspectos qualitativos para que seja mantida a reprovação ou para que seja aprovado para a próxima série, mesmo sem a média anual mínima. Estes alunos obtêm em sua situação final a “aprovação por conselho de classe”.

4 O jubramento nesta instituição, como ainda existente em muitas outras cognatas, constitui-se no cancelamento de matrícula do aluno que for reprovado duas vezes consecutivamente na mesma série ou no mesmo ano.

de editais de auxílio financeiros aos alunos.

- **Início de discussão sobre a extinção do jubramento**
- **Ampliação das Equipes Pedagógicas**

Aumento de servidores pedagogos e implantação de equipe multiprofissional de acompanhamento discente (psicólogo e assistente social).

Para que esta análise fosse realizada, foram investigados os quatro primeiros anos do Ensino Profissional Técnico de Nível Médio (EPTNM), sendo o recorte para este capítulo as turmas de primeiro ano (2013 a 2016). As análises e as discussões poderão ser vistas na próxima seção.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar a série de entrada de alunos por ano de 2013 a 2016, ou seja, o 1º ano da EPTNM, o grupo de acesso A (ampla concorrência e, portanto, fora da política de cotas), não obteve variações significativas na categoria “Aprovação” e “Aprovação por COC” ao longo do recorte temporal analisado. Entre os grupos que compõem as cotas, B, C, D e E, os resultados das categorias analisadas variam, em especial pela particularidade do grupo B, que representa os alunos oriundos somente de escolas públicas, não sendo incluídas as questões sociais e de raça. Por esse motivo, serão enfatizados os grupos mais críticos, quais sejam, C, D e E.

Os alunos direcionados a este grupo de cotas parecem ser, em sua maioria, provenientes de escolas públicas federais e estaduais com desempenhos acadêmicos diferenciados pela qualidade, como Pedro II e Colégios de Aplicação. No entanto, este dado ainda não foi levantado e é baseado na experiência empírica das demandas das equipes pedagógicas e de docentes. Para ilustrar as entradas dos 1º anos de 2013 e 2014, os gráficos⁵ 1 e 2 reúnem as análises aqui descritas:

5 Legenda: AB – abandono / AP – aprovação / APC – aprovação por COC / REP – reprovado / TR - trancado

- APROVAÇÃO

39% grupo C

37% grupo D

23% grupo E

- APROVAÇÃO POR COC

25% grupo C

19% grupo D

23% grupo E.

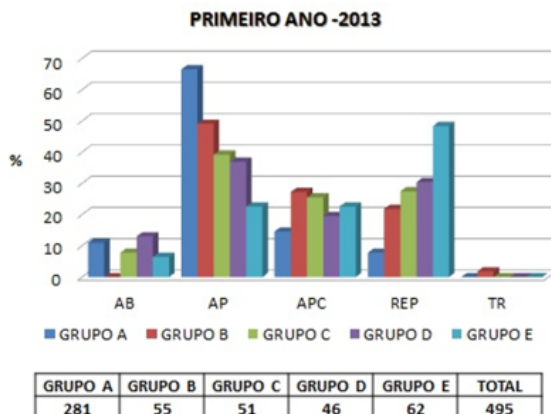


Gráfico 1: Dados do 1º ano de 2013

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição

- APROVAÇÃO

37% grupo C

35% grupo D

19% grupo E

- APROVAÇÃO POR COC

26% grupo C

19% grupo D

22% grupo E.

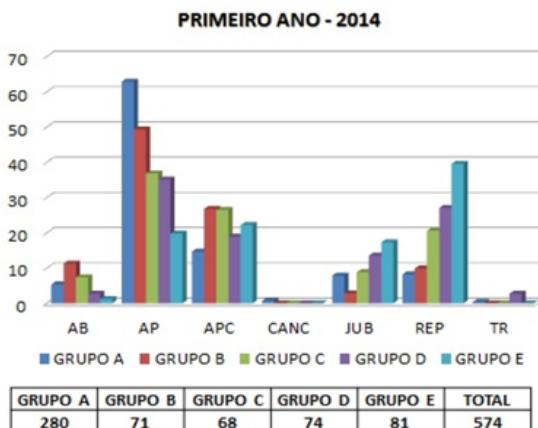


Gráfico 2: Dados do 1º ano de 2014

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição

Os grupos C, D e E (acrescidos dos fatores raça e renda, conforme explicado na contextualização deste capítulo), são os mais críticos em relação às defasagens de Ensino Fundamental. Estes elementos que a comunidade escolar denomina “base” de conteúdo formam os pilares para os estudos tanto do núcleo básico quanto para o núcleo técnico da instituição em estudo, e os alunos dos grupos C, D e E são, em geral, oriundos de escolas municipais.

Especificamente nos anos de 2013 e de 2014, quando ainda não havia projetos direcionados à permanência, os índices da categoria “Aprovação” são baixos, girando em torno, respectivamente, de 30% para os grupos C e D, e 20% para o grupo E. Para a

categoria “Aprovação em COC” os índices giram em torno de 25% para o grupo C, 18% para o grupo D e 20% para o grupo E. Vale ressaltar que os índices de aprovação por conselho de classe para o grupo E, nos anos supracitados, são bem próximos aos índices de aprovação direta.

No ano de 2015, foram implantadas políticas de permanência com foco em equalização de conteúdos para o 1º ano, ano crítico em relação às reprovações dos alunos, em especial, os matriculados pelos grupos de cotas C, D e E, tendo em vista os levantamentos dos índices das mesmas categorias para os 2º, 3º e os 4º anos, que não são o cerne deste estudo. Tais políticas de permanência tinham como meta equilibrar os conteúdos do Ensino Fundamental para todos os alunos.

Foram reforçados os projetos de monitoria, com o aumento do número de monitores para atender a todas as disciplinas, foi reforçada a equipe de orientação pedagógica, com servidores para compor equipe multiprofissional de atendimento aos alunos e foram criados projetos de base de Matemática, Língua Portuguesa e Química, nos quais os próprios docentes ministram aulas específicas.

A partir do estabelecimento destas novas ações, os índices finais da categoria “Aprovação” subiram de modo considerável, conforme pode ser visto através do gráfico 3.

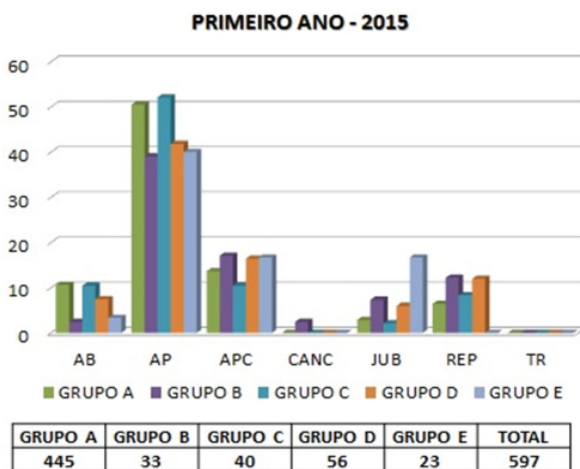


Gráfico 3: Dados do 1º ano de 2015

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição

Sobre estes dados cabe um olhar mais detalhado, levando em consideração, principalmente, o início de projetos de permanência a partir de 2015, política inexistente até então na instituição em 2013 e 2014. Para o Grupo C, no ano de 2015, conforme gráfico 3, o índice de aprovação passa a girar em torno de 50% (aumento de 20% em relação

aos anos de 2013 e 2014) e a aprovação por conselho de classe reduz a 10%, o que significa que os alunos passam a ser aprovados direto, obtendo sozinhos a média mínima necessária de notas.

O grupo D sobe para em torno de 40% (aumento de 10% em relação aos anos de 2013 e 2014) na categoria “Aprovação”, mantendo o índice em torno de 18% de aprovação por conselho de classe. Para o grupo E, observamos o aumento do índice de aprovações em 20% em relação aos anos anteriores, girando em torno de 38% em 2015, com sutil diminuição da porcentagem de aprovação por conselho de classe.

No ano de 2016, com as políticas de equalização de conteúdos já implantadas, a equipe pedagógica do departamento responsável pela EPTNM teve reportada alta falta de alunos nas aulas de apoio dos projetos. Após o início do 2º semestre, então, iniciou o mapeamento da evasão dos alunos dos projetos para reavaliação e adaptação das aulas para atender ao maior número possível de alunos. Porém, com o fim do estudo apenas ao final do ano letivo, não houve readequação a tempo de os alunos aproveitarem os projetos de modo satisfatório, como em 2015. Por isso, os índices de aprovação dos grupos C e D diminuíram levemente ao final do ano de 2016, conforme gráfico 4.

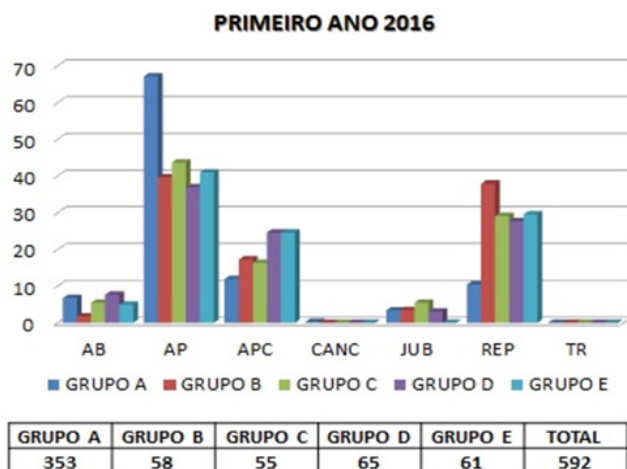


Gráfico 4: Dados do 1º ano de 2016

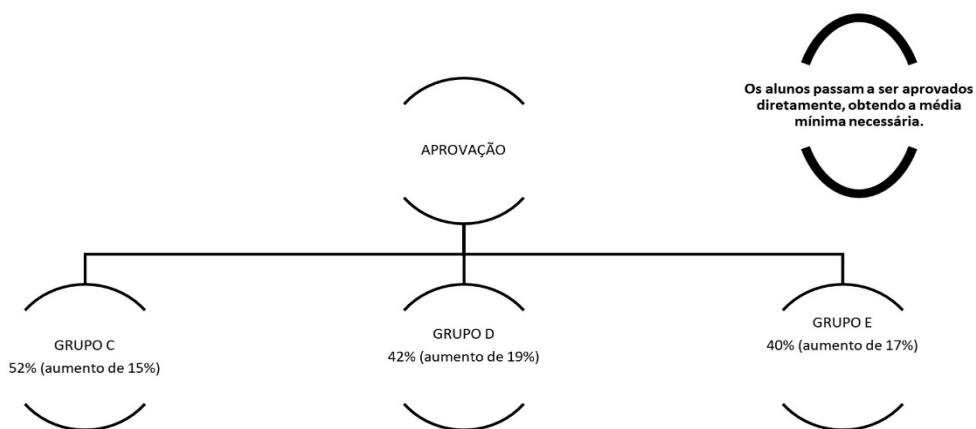
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição

Para o grupo C, na categoria “Aprovação” os índices diminuem cerca de 10% em relação ao ano de 2015, chegando a cerca de 40% de aprovação e para o grupo D, a aprovação torna a girar em torno de 35%. Porém, apesar da leve diminuição destes índices, a aprovação por conselho de classe manteve-se bem mais baixa do que nos anos de 2013 e 2014. Isso indica que os alunos aumentaram, por competência, a aprovação

direta não necessitando de avaliação subjetiva em conselho de docentes.

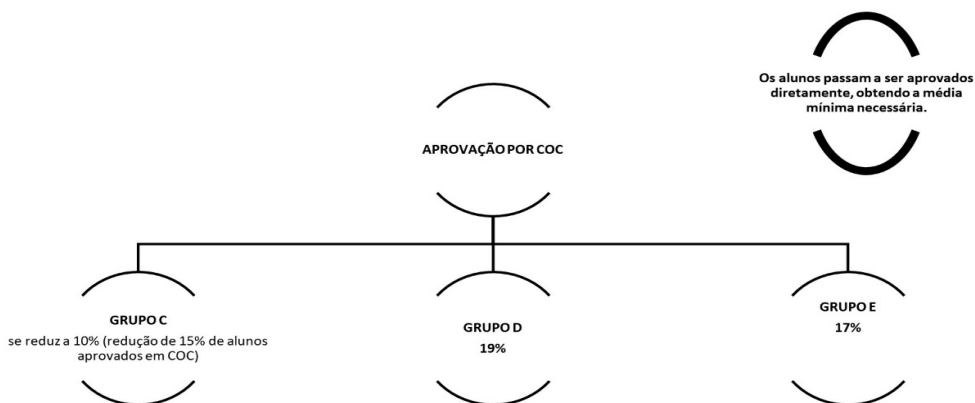
Já para o grupo E, há o tênue aumento da aprovação direta, que em 2016 gira em torno de 40%, o que pode significar que os alunos do grupo E foram mais assíduos em sua frequência aos projetos de permanência e monitorias. Por sua vez, indica também que as políticas de permanência instituídas na escola funcionaram para o avanço e desenvolvimento da trajetória acadêmica dos alunos.

Para ilustrar melhor os resultados das análises, os esquemas 2 e 3 mostram o resumo dos avanços de desempenho escolar dos alunos ao fim do ano de pós-implantação de projetos de permanência (2015), para os grupos mais críticos (C, D e E).



Esquema 2: Resumo de dados de aprovação dos alunos em 2015.

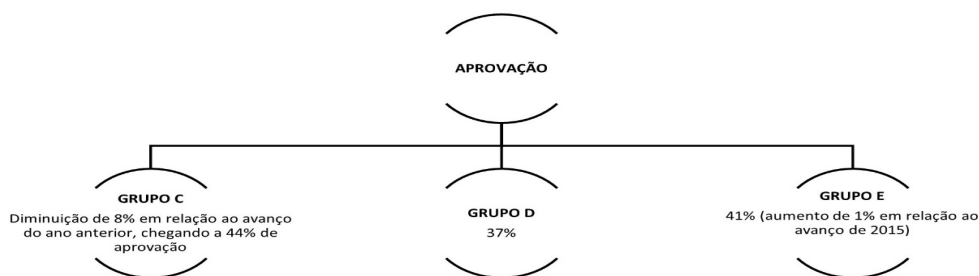
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição



Esquema 3: Resumo de dados sobre aprovação por coc dos alunos em 2015

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição

Já o esquema 4 ilustra resumidamente os resultados das análises dos avanços de desempenho dos alunos dos mesmos grupos críticos, porém, ao final de 2016, segundo ano de implantação das políticas de permanência na instituição analisada.



Esquema 4: Resumo de dados de aprovação dos alunos em 2016

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do sistema interno da instituição

Por fim, em 2016 a aprovação por conselho de classe aumentou em 2% em relação ao avanço de 2015, porém, ainda assim, manteve-se consideravelmente mais baixa do que nos anos de 2013 e 2014, quando ainda não havia os projetos de permanência na escola. Esse dado indica, novamente, que os alunos conseguiram, por competência própria, a aprovação direta no ano letivo não necessitando de avaliação subjetiva em conselho de classe.

4 | BREVES CONCLUSÕES

É patente o ideal que posiciona a escola como responsável pela entrada e pela saída do aluno e pouco responsável pela sua permanência. Isso ocorre não somente com os alunos que acessam as instituições através da política de cotas, mas todos os alunos que tenham alguma dificuldade em sua trajetória acadêmica na escola. Um exemplo clássico disso é o conselho de classe em que o objeto de avaliação é somente o aluno, não sendo admitida a avaliação do docente ou da instituição como um todo. O processo ensino-aprendizagem acaba sendo, na realidade, muito mais aprendizagem do que ensino.

Neste sentido, a escola não pode se eximir da responsabilidade de manter todos os alunos com a qualidade e a atenção que têm por direito. As políticas de permanência são a responsabilização e o entendimento de que é preciso uma série de elementos e mecanismos inerentes à instituição, e não ao aluno individualmente, para a sua permanência da melhor forma possível. Entender que a evasão não é somente a escolha única do aluno que evadiu, mas também responsabilidade da escola, é um grande avanço para a democratização do ensino em sua forma mais abrangente.

É preciso atentar para a expectativa da comunidade escolar de que os alunos que

acessam a instituição através da política de cotas sejam exclusivamente responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso na escola. Este pensamento é proveniente do ideal do mérito que faz com que toda a responsabilidade pela trajetória acadêmica seja do aluno. Littler (2018, p. 3) desenvolve a metáfora da escada, que permeia o ideal da meritocracia, e que se encaixa na ideia central da expectativa supracitada.

Pela concepção da meritocracia, o sujeito deve subir a escada sozinho e por suas aptidões vocacionais (LITTER, 2018, p. 3). Essa escalada rumo ao sucesso pelo mérito é a ideia que estrutura a concepção do individualismo, não levando em consideração a vastidão de oportunidades que cercam os sujeitos que conseguem escalar a escada até o topo. Do mesmo modo, exclui-se a gama de elementos que interseccionam os sujeitos que não conseguem subir a escada até o topo do suposto sucesso (LITTER, 2018, p. 24).

E é exatamente nessa lacuna que mora a imagem da relação aqui traçada da expectativa de que o aluno que acessa a instituição através da política de cotas tenha que avançar em sua trajetória acadêmica sozinho, independente de qualquer contrapartida da escola para que isto se efetive. Assim, a ideia da espera pelo mérito individual, a partir da crítica brevemente desenvolvida acima sobre a meritocracia, torna-se um princípio organizador da sociedade problemático, que a encaminha a novas desigualdades e formas de estratificação social (LITTLER, 2018, p. 35).

Na instituição estudada, cada vez que uma história de sucesso é contada e recontada nos espaços da escola, é infundido o ideal do mérito. Desta forma, circula a ideia de que para alcançar as exigências acadêmicas que a instituição tem, “apenas” é necessário que os alunos se “esforcem”. Assim, se estabelece o isolamento do mérito às demais variáveis que interseccionam os alunos, como a própria ideologia da meritocracia segue.

Nesta análise fica evidente, após a implantação dos projetos de permanência que se deu a partir de julho de 2015, o avanço significativo da qualidade de manutenção dos alunos que acessam a instituição pesquisada através da política de cotas. Ao longo do desenvolvimento desses projetos, houve a forte tendência de melhora no processo de permanência dos alunos. A progressiva reavaliação e as reformulações das políticas de permanência implantadas colaboram neste processo, tendo em vista a fluidez de perfil de alunos matriculados a cada ano e as adaptações que se fazem necessárias até que estas políticas sejam sedimentadas na cultura escolar e atendam a todos os alunos.

A partir desta pesquisa realizada internamente pelos agentes escolares da coordenação pedagógica do centro federal analisado, é possível ter um panorama comparativo entre o cenário anterior e posterior à política de permanência escolar. A ideia pode ou não ser extensível a instituições cognatas, mas o objetivo principal desta pesquisa é trazer à tona o impacto direto que a efetiva política de permanência suscita não somente na permanência do aluno mas em seu desempenho escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

CRESWELL, J. Research questions and hypotheses. In: Cresswell, J. **Qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. Thousands Oaks: Sage, 2003.

FRIGOTTO, G. Trabalho e educação: formação técnico-profissional em questão. In: **Universidade & Sociedade**. São Paulo, n. 5, p. 38-42, 1993.

LITTLER, J. **Against Meritocracy**. Culture, power and myths of mobility. London: Routledge, 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, D. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz-EPSJV, 1989.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aluno 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 22, 26, 28, 30, 33, 39, 40, 79, 80, 81, 85, 86, 95, 105, 112, 118, 119, 120, 124, 125, 130, 133, 137, 138, 141, 142, 144, 155, 207, 219, 236, 237, 240

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 15, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 39, 71, 74, 75, 85, 89, 93, 95, 96, 99, 104, 105, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 129, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 149, 150, 154, 158, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 220, 221, 223, 225, 227, 229, 237, 239, 240, 241

Arte 27, 70, 76, 119, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 212

Artes visuais 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 38, 39, 81, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 109, 120, 129, 130, 132, 135, 137, 139, 140, 141, 144, 207, 210, 212, 236, 245

B

Brasil 17, 19, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 41, 66, 68, 70, 76, 79, 87, 103, 106, 107, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 134, 137, 138, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 206, 207, 208, 210, 212, 215, 217, 218, 221, 233, 235

C

Chile 185, 186, 187, 188, 189

Cidadania 4, 64, 103, 119, 121, 138, 147, 152, 155, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 201, 203, 209, 237, 240, 245

Clínica 78, 80, 83, 84, 86

Competência 3, 37, 39, 130, 243

Comunidade 28, 29, 35, 39, 70, 72, 76, 77, 89, 103, 104, 107, 113, 117, 119, 125, 127, 133, 139, 147, 148, 151, 153, 156, 162, 179, 183, 191, 192, 197, 199, 201, 207, 209, 237, 244

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 64, 69, 72, 73, 94, 96, 99, 102, 105, 110, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 133, 140, 141, 148, 150, 154, 155, 156, 162, 163, 169, 170, 179, 180, 191, 192, 197, 199, 206, 207, 208, 211, 216, 217, 218, 219, 220, 238, 239

Cotas 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40

Currículo 33, 64, 65, 72, 76, 77, 104, 124, 127, 129, 132, 133, 139, 157, 160, 162, 164, 165, 192, 197, 199, 200, 207, 210, 215, 216, 221, 222, 237, 239, 244

D

Desempenho 4, 5, 9, 28, 29, 33, 38, 39, 40, 89, 95, 98, 110, 120, 122, 207, 215, 232, 234,

Disciplinas 15, 22, 25, 33, 36, 51, 53, 85, 102, 126, 161, 163, 164, 174, 218, 219

Docente 8, 18, 25, 39, 43, 44, 51, 55, 64, 70, 92, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 144, 146, 151, 153, 154, 156, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 186, 189, 202, 204, 205, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 239, 240

E

EAD 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

Educação 5, 6, 7, 8, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 41, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 88, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245

Educação continuada 109, 116, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 158

Educadores 22, 23, 24, 26, 69, 76, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 99, 103, 126, 146, 147, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 180, 206, 240

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 64, 67, 75, 85, 86, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 180, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 241, 243

Ensino fundamental 31, 32, 33, 35, 36, 64, 135, 137, 151, 156, 162, 163, 164, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212

Ensino regular 135, 137, 138, 139, 140

Ensino religioso 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 212

Escola 6, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 38, 39, 40, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 100, 102, 104, 110, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 130, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 176, 179, 180, 182, 183, 190, 194, 197, 202, 207, 208, 209, 210, 213, 223, 227, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245

Escolarização 153, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230

Estágio 53, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 108, 136, 217, 218, 219, 220

Estudante 9, 69, 70, 71, 74, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 207, 237

F

Família 18, 21, 26, 79, 82, 83, 119, 127, 138, 148, 153, 180, 182, 183, 210, 227, 233

Formação 2, 4, 5, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 41, 53, 64, 67, 75, 78, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230, 238, 239, 241, 242, 243, 244

Formação inicial 88, 89, 90, 91, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 146, 147, 153, 154, 155, 169, 175, 192, 210, 215, 221, 239

G

Gênero 16, 17, 22, 24, 26, 78, 180, 181, 182, 183, 213

Global 46, 64, 89, 109, 135, 184, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 202, 203

I

Inclusão 1, 122, 135, 136, 137, 140, 143, 144, 150, 151, 160, 192, 215

Infância 15, 20, 22, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 88, 89, 90, 91, 97, 99, 100, 148, 149, 151, 156, 183

L

Leitor 29, 177, 178, 179, 180, 181, 182

P

Pedagogia 8, 27, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 98, 100, 104, 108, 127, 135, 136, 139, 140, 144, 151, 167, 174, 184, 213, 219, 221

Pedagogo 234, 239, 240, 243, 244

Política educacional 116, 121, 237

Prática 1, 2, 5, 6, 7, 8, 23, 24, 30, 64, 67, 70, 72, 74, 75, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 143, 144, 155, 158, 163, 173, 178, 179, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 236, 240, 241, 242

Prática pedagógica 2, 5, 6, 64, 72, 88, 89, 91, 92, 94, 99, 100, 117, 206, 210, 216, 217, 241

Práxis 86, 214, 216, 217, 220, 221

Professor 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18, 21, 22, 24, 66, 73, 90, 99, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 154, 155, 161, 163, 175, 182, 205, 206, 207, 208, 210, 215, 217, 219, 220, 221, 234, 236, 237, 240, 243, 245

Q

Quilombola 146, 147, 148, 151, 153, 154, 156, 157

R

Racionalidade técnica 234, 239

Religião 15, 22, 128, 132, 148

S

Saberes 3, 66, 69, 85, 89, 91, 95, 98, 100, 107, 109, 115, 127, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 199, 221

Satisfação 53

Serviço social 78, 79, 82, 86, 87

Sexualidade 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Supervisão 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 99, 104, 120, 140, 194, 234, 235, 236, 237, 238, 244

T

Teoria 7, 8, 53, 67, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 98, 113, 115, 124, 127, 130, 135, 137, 144, 154, 184, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224

Trabalho 6, 9, 18, 19, 20, 23, 30, 41, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 147, 152, 154, 159, 160, 165, 167, 178, 180, 182, 195, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243

Transformação 6, 15, 75, 81, 84, 103, 124, 126, 130, 138, 148, 155, 190, 192, 202, 203, 206, 216, 237, 240, 241, 243

U

Universidade 1, 26, 41, 53, 62, 64, 66, 78, 99, 102, 108, 116, 135, 136, 139, 146, 159, 169, 170, 175, 176, 209, 214, 215, 218, 219, 222, 223, 231, 232, 234, 239, 245

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021